

Acordo pode mudar limite da anistia

A Comissão de Sistematização pode surpreender novamente. Depois do entendimento na questão da reforma agrária, considerado impossível até minutos antes da votação, está sendo tentado, agora, um acordo em outro tema explosivo: a anistia, que será votada domingo ou segunda-feira. No centro das negociações estão os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e José Agripino Maia (PFL-RN), e os deputados Antônio Brito (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Hoje à noite, eles se reúnem no apartamento de Sandra para debater novas fórmulas capazes não só de receber o apoio de uma sólida maioria na Sistematização, como de conciliar os interesses opostos dos ministérios militares e dos oficiais e praças punidos depois do golpe de 64. Meses atrás, seria uma missão impossível, tal a distância entre as posições dos setores interessados e o clima emocional do debate.

Os ministérios militares insistiam que a anistia era uma questão encerrada, que não comportaria nenhuma inovação. Os cassados pediam a reintegração dos oficiais punidos nas Forças Armadas, o pagamento dos atrasados e a extensão da anistia aos marinheiros e praças da Aeronáutica, punidos por atos administrativos com motivação política e não alcançados pelo benefício.

No projeto de Constituição, preva-

leceu a posição sustentada pelos ministros militares. A abertura das conversações, agora, depois da experiência de 50 dias de entendimentos na Sistematização, reflete a tendência de buscar um ponto mais equilibrado entre os dois lados. Dificilmente, a reintegração dos oficiais punidos nos postos a que teriam direito se estivessem no serviço ativo fará parte do acordo. Os ministros permanecem irredutíveis nesse aspecto. Os próprios cassados, embora mantenham por questões de princípio a reivindicação, sabem que tanto na Sistematização como, depois, no plenário da Constituinte, não serão atendidos.

Há sinais, porém, de evolução dos chefes militares em relação à extensão da anistia aos marinheiros e praças da Aeronáutica. As resistências, fortíssimas há alguns meses, diminuíram, inclusive porque o Judiciário tem dado ganho de causa a vários marinheiros. Os ministérios da Marinha e da Aeronáutica já avaliam o desgaste que sofreriam se a questão se eternizasse na Justiça. Como o Exército não é atingido pelo problema — nesta Força, há a tradição da pacificação que vem de Caxias —, a solução fica mais fácil.

O terceiro ponto polêmico, o pagamento dos atrasados, é menos político e mais financeiro. Por isso mesmo, não será o obstáculo principal ao acordo. Se houver entendimento no resto, alguma saída será encontrada para ele. A deputada Sandra Cavalcanti está otimista com as possibilidades de entendimento. Mas se eles falharem, ele já tomou uma decisão. Vai defender na tribuna a anistia para os marinheiros e praças da Aeronáutica, aliando-se com a esquerda na votação. Suas motivações, no caso, porém, não são ideológicas. "Eu acho um absurdo que as mulheres desses soldados continuem a ser tratadas como viúvas de maridos vivos. Por uma questão de humanidade, a anistia tem de sair para eles também".